

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.516 - RR  
(2020/0214244-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : ANDRADE GALVAO ENGENHARIA LTDA**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA - RR000114A**  
**CLAYTON SILVA ALBUQUERQUE - RR000937**  
**THIAGO PIRES DE MELO - RR000938**  
**BENEDITO EUGENIO DE ALMEIDA SICILIANO -**  
**DF053803**  
**EMBARGADO : ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORE : REBECA TEIXEIRA RAMAGEM RODRIGUES**  
**S**  
**VENILSON BATISTA DA MATA - RR000291P**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ANDRADE GALVAO ENGENHARIA LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Permita-se, consignar, uma vez mais, que o recurso especial se encontra hospedado na premissa de real afronta ao preceito de lei federal, segundo o qual o Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto (art. 122 do CTN), ou seja, na relação Fisco e contribuinte, há de prevalecer uma interpretação mais favorável para este último. De igual forma, sustentado por precedente oriundo do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e demonstrado o direito à revisão judicial de débito tributário, conforme julgado do Superior Tribunal de Justiça, pontuou-se o dissenso pretoriano.

Adstrito à ausência de tipicidade para aplicação da Súmula nº 280/STF, cumpre consignar que resta evidenciado que o tema central a ser analisado e decidido pelo Superior Tribunal de Justiça está na prevalência do comando normativo do artigo 122 do Código Tributário Nacional.

[...]

Em verdade, o Programa de Parcelamento Incentivado do ano de 2009 – aderido pela ora embargante, cuja continuidade no pagamento foi comprometida em decorrência de crise que afetou os empresários brasileiros, isto é, a ora embargante havia pago 90% de todo o Parcelamento. Com a rescisão a ora embargante aderiu ao parcelamento ordinário de débitos, sobretudo diante da

necessidade de certidões negativas e a promessa do Governo em implementar novo REFIS. Depois de 2 (dois) meses de adesão do parcelamento normal, foi editado o Programa de Recuperação de Créditos Tributários, advindo discussão do efetivo débito da embargante, tendo em vista o pagamento de quase a integralidade do débito.

[...]

Todavia, a divergência jurisprudencial apontada não se limitou a transcrever a ementa do julgado dissonante, como sugere a r. decisão embargada. Consoante se pode observar das razões de recurso especial, há um capítulo específico em que se discorreu acerca do cotejo analítico entre o julgado da Corte do Estado de Roraima. (fls. 1494-1496)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente